

Vale a pena nascer mulher

Quem Mandou Nascer Mulher? - estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil.

MADEIRA, Felícia Reicher.

Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/UNICEF, 1997, 402 p..

Quem Mandou Nascer Mulher? reúne estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil, como anunciam a organizadora da obra, a socióloga Felícia Reicher Madeira e as cinco outras autoras do livro. Transcendendo o objetivo anunciado, apresenta também uma visão da sociedade sob a perspectiva feminista e uma crítica social do contexto sócio-econômico e cultural no qual as crianças e adolescentes são criadas e desenvolvem sua identidade e sua personalidade. Trata-se de trabalhos de investigação elaborados por sociólogas, que, *paripassu* a sua militância feminista, desenvolveram instrumentais, conteúdos, formas de abordagem e visão teórica que qualificam sua obra como científica, acadêmica, capaz de uma fina sintonia nas metodologias e nas análises realizadas. Isso não quer dizer que cada um dos seis artigos que estruturam o livro possui a mesma densidade teórica e a mesma perspectiva filológica sobre o *status* das relações de gênero no

conjunto das relações sociais, ainda quando todas as autoras buscaram “relativizar estigmas, minar mitos e diluir preconceitos”, no dizer de Madeira. Essa diferenciação de perspectivas fica evidente na leitura dos artigos, confirmando uma tese cara à epistemologia moderna sobre o imbricamento entre objetividade e subjetividade como inerente à prática teórica, mormente no campo das ciências sociais. Outro ponto que ressalta do trabalho é sua intencionalidade de ver utilizados os conhecimentos obtidos em instrumentos de transformação, registrando, portanto, o caráter estratégico das pesquisas, que desprendendo-se da militância pura e simples, valorizam o compromisso acadêmico com o movimento feminista.

Tentarei resumir o conteúdo do livro, começando pelo artigo de Lena Lavinas, Gênero, Cidadania e Adolescência. A autora, doutora em Economia Agrícola, professora da UFRJ e pesquisadora do IPEA, coloca várias questões relativas ao caráter relacional do sexo social, buscando interpretar como a categoria gênero permite apreender as formas e os conteúdos das relações entre gerações e como se dão mudanças e permanências nos papéis sexuais. Analisando a socialização das crianças e adolescentes, através de várias instituições e movimentos, a autora busca descortinar mecanismos de ruptura ou de recondução de hierarquias e antagonismos do que denomina “sexo social”. O primeiro ponto de sua análise é uma

crítica ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, em que pese seu pioneirismo e importância para o reconhecimento da cidadania e, conseqüentemente, para o processo de individualização desses grupos sócio-etários. Lavinias mostra que, na sua formulação, o Estatuto não considerou critérios de gênero e raça tais como vêm sendo reiteradamente evidenciados pelos movimentos e teorias sociais como indispensáveis à compreensão dos processos de construção dos sujeitos. O segundo ponto para o qual a autora chama a atenção, fazendo uma leitura crítica da literatura existente sobre os recortes de classe/gênero, é que, nos segmentos sociais de renda mais alta, as famílias tendem a assegurar igualdade de oportunidades para crianças e adolescentes de ambos os sexos e que esses códigos igualitários do pensamento liberal são paradigmáticos na visão de mundo dessas classes sociais. Enquanto nos estratos sociais populares e de baixa renda haveria uma tendência muito mais forte de perpetuação dos modelos hierárquicos em que as relações de gênero são orientadas pelo arbítrio da autoridade patriarcal, do controle e da divisão tradicional dos papéis sexuais. O terceiro ponto que Lavinias assinala, mormente a partir de uma pesquisa realizada com adolescentes de escolas frequentadas por alunos e alunas das classes médias do Rio de Janeiro, é um certo avanço na consciência de igualdade entre os sexos e no reconhecimento de que as desigualdades são fruto de dominação/opressão. Essa mudança se deve, sem sombra de dúvida, aos méritos do movimento feminista e a seu aprofundamento ideológico na sociedade brasileira neste final do século XX.

A Trajetória das Meninas dos Setores Populares: escola, trabalho ou...reclusão, é um texto produzido por Felícia Reicher Madeira que enfoca a relação educação e trabalho, tendo como pano de fundo uma crítica severa à produção intelectual dos organismos internacionais que interferem nas políticas sociais; à incomunicabilidade das investigações da área de educação e de cunho antropológico sobre trabalho de menores; e ao fosso existente nas relações entre os estudos de mulher/gênero e de educação. Além de detalhadas considerações sobre as armadilhas das explicações generalizantes e dos estereótipos, apresenta muitos dados sobre um certo hiperbolismo dos dados numéricos oferecidos por organizações internacionais e por trabalhos acadêmicos que, no intuito de reforçarem denúncias sobre condições de exploração, dominação e miséria de

crianças e adolescentes nos países subdesenvolvidos, acabam por provocar imobilismo social e político. Por outro lado, evidencia um quase absoluto silêncio sobre a especificidade do trabalho e da exploração das meninas, que permanecem sujeito oculto e sem despertar interesse específico, não merecendo tratamento na elaboração e implementação das políticas sociais. Em relação à escola, a autora disserta longamente sobre a falácia do fracasso escolar e sobre a dificuldade de auto-crítica da instituição que, por buscar a explicação de suas mazelas fora dela, reproduz os mecanismos de exclusão e de indiferenciação de gênero. Mostra, com dados, que atualmente no país é maior o número de meninas que meninos permanecendo na escola e estudando à noite, portanto, dispostas a entrar na concorrência do mercado de trabalho, embora as diferenças de salário entre homens e mulheres continuem a favorecer os primeiros, mesmo quando as mulheres são mais competentes.

O artigo No Fio da Navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual foi elaborado por Heleieth Saffioti, professora titular de Sociologia da UNESP, da PUC/SP e visitante da UFRJ, reconhecida intelectual e militante pelos direitos da mulher. Seu trabalho, além de todos os dados que apresenta, tem uma contribuição metodológica fundamental, tanto para os estudos da violência, como para todos os aspectos das relações sociais e culturais. Numa sociedade como a brasileira, os referenciais teóricos de análise devem considerar igualmente importantes os seguintes eixos de estrutura da realidade: classes sociais, raça/etnia e gênero. É preciso, portanto, trabalhar articuladamente essas três contradições que aparecem simbiotizadas na vida cotidiana e são fundantes da vida social. A autora, em seu artigo, analisa as extremas desigualdades brasileiras como o pano de fundo de manifestação da violência social, embora busque como objetivo colocar em relevo a violência cometida por adultos contra crianças e adolescentes. A autora trabalha dados nacionais (aqueles a que teve acesso através das PNADs) e regionais, sobretudo de São Paulo, sobre violência física e sexual e sobre homicídios de menores, apresentando ao leitor um grande número de dados e análises sobre vítimas e agressores.

O quarto estudo denomina-se A Saúde da Mulher Adolescente - 1993, e é de autoria de Albertina Duarte Takiuti, médica, doutora em ginecologia e professora da Faculdade de Medicina da USP. O texto apresenta breve histórico

do tema na área da saúde, mostrando que sua importância no setor e sua institucionalização na década de 80 é uma conquista do movimento de mulheres. Descreve também dados demográficos e epidemiológicos, ao mesmo tempo em que mostra a necessidade de participação das próprias adolescentes na construção de uma forma de vida saudável e de um processo de promoção e atenção à saúde adequado a suas necessidades e desejos. A autora dedica grande parte do artigo e desenvolver proposições e conceitos como perda do corpo infantil, perda do mundo infantil, gravidez na adolescência, drogas e outros desafios, prevenção e problemas de saúde da mulher adolescente, e doenças sexualmente transmissíveis. O artigo reflete a importante militância dessa médica que, além de seus méritos acadêmicos, tem dedicado sua vida à promoção da saúde de adolescentes das camadas populares da cidade de São Paulo.

O Traçado da Vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro, de Maria Luiza Heilborn, é o quinto artigo desta coletânea. A autora é doutora em Antropologia e professora da UERJ, e sua vida profissional tem sido dedicada a investigações na área de sexualidade, gênero e família.

O texto é fruto de um estudo antropológico sobre meninos e meninas moradores de favelas ou bairros populares do Rio de Janeiro, tomando a dimensão de gênero como organizadora das experiências sociais, buscando conjugá-la com as experiências de classe. Os eixos referências do trabalho são a família enquanto unidade moral e afetiva; a noção de temporalidade articulada à idéia de assimetria de grupos etários; as assimetrias nas relações de gênero; a localização dos segmentos sociais subordinados de uma dada sociedade enquanto classe e segmentação; e, por fim, a íntima articulação entre gênero e idade. O trabalho empírico abrange a casa/lar; a comunidade local e a vizinhança; a escola e o trabalho, dentro de uma abordagem antropológica que busca compreender a lógica interna dos grupos sociais estudados.

Em O Cotidiano Sexuado de Meninos e Meninas em Situação de Pobreza, a socióloga Laura Suzana Duque-Arrazola, professora da UFRPE e pesquisadora do Centro Josué de Castro, sintetiza uma vasta pesquisa de campo com meninos e meninas e suas famílias em dois bairros populares de Recife. A autora parte da concepção de gênero enquanto realidade histórica e social que organiza, institui e estrutura tanto a

sociedade como o modo pelo qual homens e mulheres se relacionam. Compreender as relações de dominação, de assimetria, de desigualdade, e também de consenso que se constroem na população alvo de análise, segundo Duque-Arrazola, supõe examinar o processo de socialização, cujo *locus* privilegiado é o cotidiano. Portanto, as categorias centrais, tanto de observação como de análise, neste trabalho são socialização, cotidiano, representações sociais e patriarcado. De naturezas diferenciadas, essas quatro categorias são explicadas pela autora, que as toma como parâmetro para compreender a lógica de organização, reprodução e mudanças nos grupos domésticos, e em particular no desenvolvimento sócio-cultural dos meninos e meninas. A autora conclui que as relações de gênero assumem um padrão exacerbado em associação com a pobreza, tanto pela herança cultural quanto pela falta de alternativas da mulher de se libertar da tutela familiar.

Numa visão crítica sobre a obra em pauta, eu diria que ela resume uma tentativa de avanço teórico para compreensão de um segmento sócio-etário - meninas e adolescentes pobres - que mesmo nos estudos de gênero permanece menosprezado. Fica evidente porém que, ao fazê-lo, as autoras tocam nas especificidades históricas da sociedade brasileira, tanto no que concerne às relações e diferenciações de classe (estudos sobre meninas adolescentes das classes médias) como nas situações mais liminares de que são vítimas preferenciais as classes populares sob extremas condições de pobreza (vivências nas ruas, prostituição, gravidez precoce, abandono familiar).

As autoras também ficam nos devendo uma síntese mais apurada dos avanços que propuseram realizar no trabalho, e das respostas que tinham em mente oferecer. Talvez pelo estágio do próprio estado da arte, os trabalhos ainda refletem visões parciais, algumas muito próximas à denúncia. Essa observação não constitui demérito porque se trata de um tema onde a nossa indignação cidadã fervilha; gostaria, portanto, que a crítica fosse apropriada como estímulo à continuidade das investigações.

Arriscaria no final um palpite, fruto de muitas leituras e reflexões sobre o nosso tempo e sobre o novo tempo que já vem batendo em nossa porta. O Movimento Feminista e o Movimento Ecológico constituíram as duas grandes novidades portadoras de mudanças no século XX, tão cheio de problemas sociais e tão ou mais cruel que os anteriores. O século XXI consolidará o papel da mulher na sociedade como impres-

cindível ao desenvolvimento humano mais pleno e complexo. É por isso que coloquei um título-resposta na presente resenha, ao título-pergunta que o livro nos coloca. Pelo espaço que a

sociedade nos reserva e que ainda vamos conquistar, Vale a Pena Nascer Mulher!

MARIA CECÍLIA DE SOUZA MINAYO ■